

Há dois tipos de individualismo: há o individualismo genuíno, que leva à liberdade e a uma ordem espontânea, e há o pseudo-individualismo, que leva ao coletivismo e às economias controladas e planejadas.

Antes de explicar o que seria o individualismo genuíno, seria útil fornecer algumas indicações da tradição intelectual à qual ele pertence. O individualismo genuíno começou a ser desenvolvido ainda no século XVII por John Locke. Posteriormente, no século XVIII, Bernard Mandeville e David Hume ampliaram o pensamento, o qual alcançou uma envergadura completa pela primeira vez com as obras de Josiah Tucker, Adam Ferguson, Adam Smith, e daquele que foi o maior contemporâneo de Smith, Edmund Burke — o homem que, segundo Smith, foi a única pessoa que ele conheceu que abordava questões econômicas exatamente como ele, embora ambos nunca houvessem se comunicado de absolutamente nenhuma maneira.

No século XIX, tal pensamento foi representado à perfeição nas obras de dois de seus maiores historiadores e filósofos políticos: Alexis de Tocqueville e Lord Acton. Estes dois homens desenvolveram com o mais pleno êxito tudo aquilo que havia de melhor na filosofia política de Burke, dos filósofos escoceses e dos Whigs ingleses.

Por outro lado, os economistas clássicos do século XIX — ou pelo menos os discípulos de Jeremy Bentham ou os radicais entre eles — se mostraram crescentemente sob a influência de outro tipo de individualismo, um individualismo de origem distinta.

Esta segunda e completamente distinta linha de pensamento, também conhecida como individualismo, é representada predominantemente por escritores franceses e por outros pensadores do continente europeu — um fato que, creio eu, se deve ao papel dominante que o racionalismo cartesiano tem em sua composição. Os principais representantes dessa tradição foram os [enciclopedistas](#), Rousseau e os [fisiocratas](#). E, devido a alguns motivos que iremos aqui analisar, este

individualismo racionalista sempre tende a se degenerar e a se transformar no exato oposto do próprio conceito de individualismo: isto é, descamba para o socialismo e o coletivismo.

É justamente pelo fato de apenas o primeiro tipo de individualismo ser consistente, que eu lhe atribuo a denominação de individualismo genuíno, ao passo que este segundo tipo de individualismo deve ser considerado como uma fonte para o socialismo moderno tão importante quanto as próprias teorias coletivistas.

Não há melhor ilustração da atual confusão a respeito do significado de 'individualismo' do que o fato de aquele homem tido como um dos maiores expoentes do individualismo genuíno, Edmund Burke, ser comumente (e corretamente) acusado de ser o principal oponente do "individualismo de Rousseau" — cujas teorias ele dizia que iriam rapidamente dissolver a sociedade "na poeira e no pó da individualidade" —, e que o próprio termo "individualismo" tenha sido apresentado pela primeira vez no idioma inglês por meio da tradução de uma das obras de outro grande representante do individualismo genuíno, Alexis de Tocqueville, que utilizou o termo em

sua obra *Democracia na América* para descrever uma atitude que ele deplora e rejeita. No entanto, não há dúvidas de que tanto Burke quanto de Tocqueville estão, em toda a sua essência, próximos de Adam Smith — a quem ninguém negaria o título de individualista —, e que o "individualismo" ao qual eles se opõem é algo completamente diferente daquele de Smith.

O próximo passo na análise individualista da sociedade será dirigido àquele pseudo-individualismo racionalista que também leva ao coletivismo. Trata-se da controvérsia de que, ao se investigar os efeitos combinados das ações individuais, descobrimos que várias das instituições responsáveis pelas conquistas e façanhas humanas surgiram e seguem funcionando sem a existência de uma mente planejadora e criadora. Descobrimos que, como Adam Ferguson disse, "nações dependem de instituições, as quais realmente são resultado da ação humana, e não do planejamento humano"; e que a espontânea colaboração de indivíduos livres frequentemente leva a criações que são maiores do que suas mentes individuais são capazes de compreender. Este é o grande tema

por trás das obras de Josiah Tucker, Adam Smith, Adam Ferguson e Edmund Burke.

A diferença entre esta visão — que diz que toda a ordem que percebemos nas relações humanas é o resultado não-premeditado de ações individuais —, e a visão que atribui toda essa ordem perceptível a um planejamento deliberado é o primeiro grande contraste entre o individualismo genuíno dos pensadores britânicos do século XVIII e o suposto individualismo da Escola Cartesiana.

Mas essa diferença é apenas um aspecto de uma diferença ainda mais ampla entre as duas visões. De um lado, temos uma visão que, no geral, não endeusa o papel da razão nas relações humanas, afirma que o homem alcançou tudo o que já alcançou apesar do fato de ser guiado apenas parcialmente pela razão, e afirma que a razão individual é muito limitada e imperfeita. De outro, temos uma visão que pressupõe que a Razão, com R maiúsculo, está sempre disponível de maneira plena e igualitária para todos os seres humanos, e que tudo que o homem alcança é resultado direto de estar submetido ao controle da razão de uma mente planejadora.

A abordagem anti-racionalista, a qual considera o homem não como um ser altamente racional e inteligente, mas sim um ser extremamente irracional e falível, cujos erros individuais serão corrigidos apenas no decorrer de um processo social, e que tem como objetivo tirar o melhor proveito possível de um material altamente imperfeito, é provavelmente a característica mais notável do individualismo inglês.

Portanto, para concluir, volto ao que foi dito no início: a atitude fundamental do individualismo genuíno é de humildade em relação aos processos pelos quais a humanidade alcançou vários feitos que não haviam sido planejados ou compreendidos por nenhum indivíduo sozinho, e que são, com efeito, maiores do que as mentes individuais. A grande questão neste momento é se a mente humana poderá continuar crescendo como parte deste processo ou se ela deverá ser acorrentada aos grilhões que ela própria criou. O que o individualismo nos ensina é que a sociedade será maior do que o indivíduo apenas se ela for genuinamente livre. Se ela for controlada ou planejada, será

totalmente limitada pelos poderes das mentes dos indivíduos que a controlam ou planejam.

Se a presunção da mentalidade moderna — que não respeita nada que não seja conscientemente controlado por alguém — não entender a tempo suas limitações, poderemos, como nos alertou Edmund Burke, "estar seguros de que tudo a nosso respeito e à nossa volta irá definhar gradualmente, até que, no final, nossos objetivos serão encolhidos à insignificante dimensão de nossas mentes."

*O artigo acima foi retirado de um trecho do livro [Individualism and Economic Order](#).*